Crônicas
Ano XIII – Abril - 2016

Em Campinas, comunidade cria inventário e define o que é patrimônio imaterial

Mekari, Danilo

Desde 2008, a roda de capoeira está no rol dos patrimônios culturais imateriais do Brasil declarados pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Diretamente ligada à história da resistência negra – tanto durante como depois da escravidão –, em 2014, a herança cultural afro-brasileira ganhou o mesmo título da UNESCO, desta vez consagrando-a como um patrimônio da humanidade.

Diferentemente do tombamento de prédios históricos, o registro embasa o desenvolvimento de políticas públicas para a manutenção e ampliação deste patrimônio imaterial. Foi ele, inclusive, o ponto de partida para que o Instituto Ibaô, projeto de preservação e memória da capoeira sediado em Campinas, pudesse repensar seu papel na comunidade local.

"O que significa ser um patrimônio cultural? Nessa busca, tivemos contato com discussões amplas de patrimônio e preservação da memória, e também com um viés metodológico, de educação patrimonial", afirma Alessandra Gama, coordenadora de projetos do Ibaô, que hoje funciona como Ponto de Cultura e Memória.

Fundado em 2007, o Instituto é resultado do resgate de uma prática cultural tradicional que remete ao início dos anos 1980, na Vila Padre Manoel da Nobrega, região periférica de Campinas. Ali, o mestre Tedi utilizava a capoeira para dialogar com a construção e ressignificação dos registros culturais afro-brasileiros presentes na comunidade.

Capoeira e outras tradições culturais afro-brasileiras: patrimônio imaterial.

Essa perspectiva permitiu que os capoeiristas ampliassem o leque de atividades oferecidas ao público e, por consequência, suas interfaces com a cultura. "A ampliação se deu porque o grupo recebeu integrantes, participantes, colaboradores e voluntários de vários locais da cidade e de outras áreas do conhecimento", afirma Alessandra.

Hoje, o Ibaô fortalece e dissemina as raízes da cultura afro-brasileira por meio de práticas educativas e artísticas que visam à formação da cidadania, das relações étnicas e de identidade cultural. Para tanto, oferece atividades abertas à comunidade que vão muito além da roda de capoeira: oficinas culturais, grupos de leitura e estudo, palestras e seminários, visitas monitoradas, danças tradicionais e cultura digital, entre outras.

Inventário Comunitário

Valorizar a cultura local e difundir o patrimônio imaterial existente ali virou prioridade. "Já éramos um espaço de convivência cultural. Passamos então a pensar criticamente esse espaço", aponta a coordenadora. Celebrações como a folia de reis e a lavagem das escadarias de Campinas, eventos como a feira de artes e antiguidades e expressões como o Jongo passaram a ser inventariadas nas oficinas. Atualmente, o Ibaô, que já recebe a visita de escolas municipais, está iniciando uma parceria com a Secretaria de Educação para desenvolver oficinas de inventário com docentes da rede. Para a pesquisadora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e curadora de arte, Ana Pato, inventários de patrimônio como os propostos pelo Ibaô e pela coordenação de Educação Patrimonial do

Iphan são fundamentais para criar relações de confiança com a comunidade e dar vida a lugares a partir de sua própria história.

Espaço recebe crianças de escolas municipais.

A coordenação de Educação Patrimonial do IPHAN produziu um Manual de Aplicação para ajudar as escolas que participam do programa Mais Educação a fazerem seus inventários. As fichas de inventário, porém, podem ser usadas para muito além dos espaços escolares.

"Como moradora da minha rua, eu posso me juntar a outras pessoas e decidir que essa casa é importante para a gente e que faça parte do inventário. A gente preserva coisas quando aquilo faz sentido para o coletivo. Cria-se assim outra dimensão para a questão do patrimônio cultural, tornando-o visível", observa.

Alessandra reforça o papel da comunidade nas decisões sobre os patrimônios locais. "Envolver a comunidade no processo de documentação, registro, mapeamento e recomendações para a salvaguarda dispara o pertencimento social e cultural dos envolvidos. Esse processo permite com que as pessoas aprendam, absorvam e passem a ser multiplicadoras dessa proteção, atuando diretamente pelo interesse coletivo", define.

Para ela, o reconhecimento coletivo do patrimônio cultural ainda carrega uma importância prática: contribui para o combate ao racismo e ao preconceito em relação à cultura afro-brasileira nos espaços sociais em que isso ainda é presente, como as escolas, os espaços públicos e os próprios centros culturais da cidade.